

BRINCADEIRA NA ESCOLA É COISA SÉRIA: O PROFESSOR E O LÚDICO COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Clodoaldo Reis Azarias¹

Elis Maria Teixeira Palma Priotto²

RESUMO

O racismo preconiza a cultura da superioridade cuja expressão tem o poder e a capacidade de excluir, oprimir e subjugar. Frutos das construções contemporâneas, semeadas a partir das formulações do século XIX, baseadas nos ideais da superioridade racial cujo discurso unificado, dava legitimidade às teorias compreendidas como científicas. A discriminação, exclusão e preconceito são forma de violências que imprimem dores e estereotipam o sujeito que as sofre. A Lei 10.639/2003, resultado de políticas públicas, que trata do currículo História da África e Cultura Afro-brasileira, foi criada com objeto de prevenir a violência contra a comunidade negra brasileira, no entanto, o contexto escolar, é compreendido como espaço social e democrático, onde o ato de aprender, está intimamente ligado à intencionalidade, e preconiza a autonomia do sujeito, desde a primeira infância. Entretanto, o que tem prevalecido é a visão do colonizador e para ter a equidade a visão do colonizado deve ser levada em consideração. As interferências produzidas pela Lei nº 10.639/2003 na prevenção da violência racial, e suas contribuições para superação da discriminação e a exclusão nos ambientes escolares contemplam o Ensino Fundamental e Médio, para a educação pré-escola e educação não tem ferramentas legais para os professores trabalhar conteúdo étnico-raciais. Trazemos recorte de uma pesquisa de mestrado cujo título e discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros, na percepção dos professores, a pesquisa objetivou compreender a questão racial na educação fundamental e Ensino Médio, enquanto aqui objetivamos estudar a Educação Infantil. A Educação Infantil é onde o aprendizado começam, por meio da imitação, do lúdico, brincadeiras e contação de história. No presente trabalho procuramos demonstrar como a brincadeira e o lúdico contribui para a educação antirracista na primeira infância. Para tanto optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa com objetivo descritivo, realizamos um levantamento bibliográfico sobre brincadeiras e lúdico na primeira infância; analisamos a prática de discriminação e exclusão racial na primeira infância; e como a contação de história pode contribuir para uma educação antirracista.

Palavras-chave: Contação de história. Educação antirracista. Primeira infância.

1 Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: prclodoaldoreisazarias@hotmail.com

2 Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. E-mail: elispriotto@gmail.com.

PLAY AT SCHOOL IS A SERIOUS THING: THE TEACHER AND PLAY AS A TOOL FOR ANTI-RACIST EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

Racism advocates a culture of superiority whose expression has the power and capacity to exclude, oppress and subjugate. It is the fruit of contemporary constructions, sown from 19th century formulations based on the ideals of racial superiority whose unified discourse gave legitimacy to theories understood as scientific. Discrimination, exclusion and prejudice are forms of violence that inflict pain and stereotype the subject who suffers them. Law 10.639/2003, the result of public policies, which deals with the History of Africa and Afro-Brazilian Culture curriculum, was created with the aim of preventing violence against the black Brazilian community, however, the school context is understood as a social and democratic space, where the act of learning is closely linked to intentionality, and advocates the autonomy of the subject, from early childhood. However, what has prevailed is the view of the colonizer and in order to have equity, the view of the colonized must be taken into account. The interference produced by Law 10.639/2003 in the prevention of racial violence, and its contributions to overcoming discrimination and exclusion in school environments, covers primary and secondary education, while pre-school and primary education do not have legal tools for teachers to work with ethnic-racial content. We present an excerpt from a master's research study entitled Discrimination and racial exclusion involving black students, in the perception of teachers. The research aimed to understand the racial issue in primary and secondary education, while here we aim to study early childhood education. Early childhood education is where learning begins, through imitation, play, games and storytelling. In this paper we aim to demonstrate how play and games contribute to anti-racist education in early childhood. To this end, we opted for a qualitative research approach with a descriptive objective. We carried out a bibliographical survey on play and playful in early childhood; we analyzed the practice of discrimination and racial exclusion in early childhood; and how storytelling can contribute to an anti-racist education.

Keywords: Storytelling. Anti-racist education. Early childhood

INTRODUÇÃO

Trazemos um recorte de uma pesquisa de mestrado cujo título é “Discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros”, na percepção dos professores, no ano de 2023. A pesquisa tratou de uma busca na educação fundamental e Ensino Médio, enquanto que este trabalho, tem como objetivo a Educação Infantil, por entender que a educação antirracista precisa ser implementada para transformar o conceito da sociedade criando a cultura da igualdade, partilhando uma convivência amistosa sem divisões nocivas, e isto desde a primeira infância.

Quando a democracia é pensada, parte-se da premissa que ela é a

base para a justiça social para todos, e a comunidade escolar faz parte dessa construção, dessa educação, em todos os níveis. A Educação Infantil, é o berço para ser trabalhado o conceito de igualdade, por ser na primeira infância, um espaço onde, por meio de diferentes abordagens, a educação antirracista pode ser semeada. Mesmo em uma sociedade estruturalmente racista e violenta, a educação é o meio pelo qual ocorrem as transformações sociais.

Entende-se por violência estrutural, aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001). A violência social, como uma violência estrutural, tem como resultados imposições de leis e regras para o controle social, favorecendo alguns grupos e discriminando outros, tendo como consequência a desigualdade e exclusão de grupos sociais.

À vista disso, a população negra sofre com a agressividade física, psicológica e moral, gerando obstáculos para o desenvolvimento social desse grupo. Para mudança de tal paradigma e reparação histórica, é importante conhecer a história e suas condições no contexto social e político para detectar as razões geradoras de tanta segregação contra os negros. Após séculos de lutas por mudanças no status social e educacional, exercidas pelos movimentos negros, em 2003, foi sancionada a Lei 10.639. As interferências produzidas pela Lei 10.639/2003 trouxeram contribuições para a prevenção da violência racial, e superação da discriminação e a exclusão nos ambientes escolares.

No entanto, a Lei 10639/2003, contempla apenas o Ensino Fundamental e Médio, a Educação Infantil e pré-escola não foram contempladas com ferramentas legais que auxiliassem os professores no trabalho de conteúdos étnico-raciais. A primeira infância, é a etapa onde a educação e o aprendizado começam por meio da imitação, do lúdico, de brincadeiras e contação de história. No presente trabalho, procuramos responder como a contação de histórias pode contribuir para a educação antirracista na primeira infância.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa, foi a abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Realizamos um levantamento bibliográfico sobre brincadeiras e

contação de história na primeira infância; procuramos analisar a prática de discriminação e exclusão racial na primeira infância, e compreender como a contação de história pode interferir na vida adulta do indivíduo. A coleta consistiu em um conhecimento da realidade a ser interpretada por meio da busca de dados sobre os fenômenos investigados na pesquisa (TOZONI, 2009).

Para a análise dos dados, optamos pela análise descritiva sendo a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, com a finalidade de interpretar os dados. Assim, poder descrever os aspectos relevantes do conjunto de características analisada, e comparada das características entre dois ou mais conjuntos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O negro ocupa um lugar de desprestígio na sociedade, sua participação é de coadjuvante, seu lugar é um lugar de silêncio, invisibilizado, de modo que não haja nele o reconhecido de um sujeito histórico, social e cultural (BONILHA; SOLIGO, 2015). Essa prática, em relação ao negro, é recorrente no Brasil, reproduzida a história de séculos, onde o negro é estigmatizado e discriminado, sofrendo com a exclusão social. Esse fato histórico, que é chamado de racismo, tem se manifestado de muitas formas.

Como apontado por Costa (2016), os negros aparecem com mais frequência em páginas que retratam as mazelas sociais e nas notícias sobre abordagens policiais, sempre retratados como algozes e vítimas do que as que conferem prestígio. Nesse contexto, o que chamamos de violência racial, na forma de discriminação e exclusão, se mostra como parte do cotidiano do negro.

O racismo perpassa os séculos, não é uma prática vivenciada na atualidade e nem relegada ao passado, o racismo é atemporal, exigindo, por parte do negro, luta e resistência (não como instrumento ideológico discursivo), porém, com ações objetivas. Para a implementação das relações étnico-raciais no Brasil, são grandes desafios.

OS DESAFIOS PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Pensar nas relações étnico-raciais no Brasil, envolve diversos fatores

estruturantes, os quais constituem a formação histórica e social dos brasileiros. Acreditamos ser preciso fazer aqui uma diferenciação de racismo, preconceito e discriminação. Moreira et al. (2022, p.113), entende e apresenta-nos essas diferenças da seguinte forma: “o racismo enquanto sistema de dominação, o preconceito racial enquanto reações emocionais motivadas pela circulação de representações negativas de minorias e a discriminação racial enquanto prática individual e institucional”.

Para ele, o racismo é compreendido como uma estrutura, enquanto o preconceito entendido como um componente psicológico, e a discriminação, pode ser definida como um conjunto de ações utilizadas na operação cotidiana do racismo. E todos esses fatores condicionantes, estão em todos os ambientes sociais, e desde muito cedo o negro vive essa cruel realidade.

No âmbito escolar, desde a Educação Infantil criança negra enquanto sujeito em processo de construção moral, cidadã e humana, está sendo moldada no processo de socialização para o silêncio e para a submissão (CAVALLEIRO, 2001). Isso, em decorrência da ausência de representatividade e de uma educação com preceitos ainda eurocêntricos, que nada cooperam para a criação da identidade e representatividade negra no ambiente escolar, mas geram preconceito e discriminação racial.

Esse desprivilegio não é circunscrito ao adolescente, ou adulto, a criança não está imune à esta prática humilhante, demonstrando que é premente uma educação antirracista desde a pré-escola.

A Educação Infantil, é um espaço rico para os estímulos dos conhecimentos e deve ser considerado como um ambiente imprescindível à vivenciada inclusiva e respeitosa, a fim de contribuir com a formação e o desenvolvimento humano da criança (FONTE, 2022). Nesse período da formação/informação da criança, a brincadeira, o faz de conta, os jogos de papéis, a representação, a contação de história, contribuem para a formação dos conceitos da criança, e experiências que ela levará para a vida adulta.

No entanto, o preconceito vivenciado nessa fase da educação, reflete o determinismo como parâmetro construído historicamente, reproduzindo o preconceito. Conforme Clasto e Toniosso (2018, p. 85), “preconceito é a reprodução do preconceito que se manifesta incansavelmente na linguagem escolar, tanto dos alunos, como dos professores, gestores e todos os funcionários da educação”.

Muitas vezes, as atitudes racistas que se dão no interior da sala de aula não são levadas a sério, é compreendido pela turma e professores, entendendo como uma brincadeira.

Esse é o racismo recreativo (MOREIRA *et al.*, 2022), onde piadas e brincadeiras com conotação racial, retratando o nariz, o cabelo, os lábios, a cor, como motivação de piadas. A discriminação e a exclusão são formas de tratamento dos indivíduos, fazendo com que se sintam como alguém inadequado no meio social, mesmo passando duas décadas de promulgação da Lei nº 10669/03, a questão do negro dentro da sala de aula, ainda precisa ser discutida.

Infelizmente, a hostilidade envolvendo estudantes negros ainda é uma realidade no espaço escolar, esse é o local para a educação intencional sendo ela conforme Moore (2007), o único caminho para que o racismo possa recuar e construir uma sociedade mais justa. “As provocações, piadinhas e apelidos — geralmente amenizados por sorrisos, vistos como brincadeiras e não como afronta e desrespeito” (CLASTO; TONIOSSO, 2018, p. 85).

O silêncio sobre a discriminação racial, preconceitos e racismo nas instituições, contribui com a ideia de que negros são inferiores aos brancos e que esta prática é condizente, correta e aceitável no ambiente. No entanto, a violência na forma de discriminação perpetua também na escola (PRIOTTO, 2012). O racismo se manifesta no ambiente escolar, como reflexo das práticas de uma sociedade racista, que muitas vezes são veladas, e que são perpetuadas, nas falas e atitudes de crianças que inconscientemente reproduzem tais ações.

“No imaginário social, o negro sempre esteve associado ao que é ruim, refletindo-se mesmo na linguagem: a coisa está preta, humor negro, um futuro negro etc.” (VILHENA, 2006, p. 3). Como lidar com essas questões é o desafio dos professores em sala de aula. Partindo dessa premissa e indagações, faz-nos pensar sobre o problema da formação e atuação dos professores sobre a questão da violência racial, quais são as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental? (SANTOS, 2009).

Essa pergunta é legítima, pois a visão e/ou compreensão do mundo do professor vai influenciar na *práxis* da sala de aula. A escola, em alguns momentos, é negligente quando a prática do racismo é denunciada pelo aluno que sofre tal violação (CAVALLEIRO, 2001). Isso se dá pela ausência de sensibilidade com a

questão, e pela falta de formação sobre o assunto.

E o fórum adequado para trabalhar esse ambiente inclusivo de pertencimento, seria a comunidade escolar, por ser a escola socialmente imaginada como produtora do conhecimento.

A ESCOLA COMO REPRODUTORA DO RACISMO

O chão da escola é onde se dão os passos importantes para as transformações pessoais e sociais, no entanto, é fundamental que a equipe pedagógica, os envolvidos, estejam preparados para este objetivo. É importante que haja a formação que é fomentada no fazer político-socioeducacional. A respeito disso, Libâneo (2001, p. 8), defende que há, pois, “duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo a de ser uma prática social”.

Além do que, em uma sociedade em que a democracia racial é inexistente, as crianças têm como exemplo o desrespeito com as diferenças étnicas raciais, bem como, a ausência de debates sobre o racismo e práticas discriminatórias, neste cenário a conscientização sobre identidade racial no âmbito escolar se faz necessária (CAVALLEIRO, 2001).

Como estamos trazendo aqui nesse trabalho, os estudos, diálogos e reflexões sobre as relações étnico raciais na educação, sobre a legislação e seus dispositivos complementares, que podem cooperar para o convencimento de ideologias carregadas de preconceitos, desigualdades e estereótipos racistas. Entrementes, não basta que as leis reconheçam a todos, formalmente, como iguais, se estruturalmente as crenças, os hábitos e as instituições diuturnamente promovem a desigualdade (MOREIRA *et al.*, 2022. p, 65).

Arendt (2000), designa como estrutural a violência social, a tal violência mostra-se como resultado de uma ideologia presente na sociedade, que impõe leis e regras para o controle social, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros, evidenciando as desigualdades e promovendo a exclusão de determinados grupos sociais. A autora entende que a sociedade, por ser hierarquizada cultural, econômica e socialmente, determina exclusões e discriminações que se reproduzem no interior das escolas, e tendo as muitas violências na escola como resultado da violência social.

Cenário esse que, sem uma administração pública baseada na Constituição Federal de 1988, que prima pela democratização das instituições públicas, e “uma escola que atue na defesa e na garantia dos direitos, que atribuem aos sujeitos individualmente e coletivamente o valor da justiça, pode continuar falhando” (AMORIM *et al.*, 2015, p. 6).

A educação, sem dúvida, contribui para que o sujeito compreenda o seu direito, participando e interferindo na vida pública do seu país. “A sociedade está fundada e estruturada na colonialidade do poder, sistema de dominação de raça, classe, gênero e sexualidade existente no Brasil” (FERREIRA, 2019, p. 130).

O racismo travestido de brincadeira, é praticado por meio de piadas e chacotas, atitudes chamadas por Moreira *et al* (2022), de racismo recreativo. Para o autor, tais práticas são estratégias de dominação que perpetuam a noção de que os brasileiros cultivam uma cultura pública de cordialidade.

Entendemos que, quando se recorre ao humor para recriar com a cor do outro, se legitima a dominação racial, como resultado do *habitus*, que segundo Pierre Bourdieu, foi construído historicamente ao longo do tempo no meio das diferentes comunidades humanas, tornando-se um elemento naturalizado na vivência. “Nada é mais distante e intolerável do que as pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico” (BOURDIEU, 2013, p. 7).

Isso é vivenciado nos espaços escolares onde é possível estar no mesmo ambiente sujeitos tão próximos e ao mesmo tempo distantes socialmente. A discriminação e a exclusão são formas de violência, e a violência vivenciada pelos estudantes negros na escola, é diferente das violências praticadas em outros ambientes. Em outros ambientes, a causa da violência envolvendo o negro pode ter como motivo, o álcool, as drogas, relacionamentos, desestruturas familiares, entre outros, enquanto na escola a causa é a cor da pele, o pigmento do cabelo, o formato do nariz, os lábios (CARRIJO; MARTINS, 2020).

A definição de violência escolar proposta por Priotto e Bonetti (2009, p. 162-163), amplia a compreensão dessa prática no ambiente escolar ao tratar

Todos os atos ou ações de violência, como comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (PRIOTTO; BONETTI, 2009, p. 162-163).

Após uma luta intensa, que durou séculos, que envolveu engajamento, compreendida por muitos, e vista como desnecessária por outros, em 2003, a Lei nº 9394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi alterada pela Lei nº 10.639.

A LEI Nº 10.639/03, UMA AÇÃO LEGAL PARA RECONTAR A HISTÓRIA AFROBRASILEIRA

No dia 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639 que, alterava a Lei nº 9394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial de Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências (BRASIL, 2015).

No Art. 1º,

“A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Entendendo que fazer valer a Lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes no currículo escolar e nas ações educativas desenvolvidas pela escola, de forma contínua ao longo do ano letivo, ainda é um grande desafio” (LIMA, *et al.*, 2021, p.2).

Ao pensarmos na aplicabilidade da lei e, por consequência, na inserção de temas relacionados à cultura e história afro-brasileira e africana no ensino de história, consideramos que os livros didáticos são um objeto riquíssimo para tentar analisar se de fato a lei já conseguiu efetivar, da maneira desejada, as mudanças a que se propõe. A Educação Infantil, tem como fim um adulto consciente e formado em sua plenitude.

A educação voltada para a infância busca garantir uma prática presente em todos os espaços da produção da vida social, destacando os processos formativos, permitindo que as crianças possam desenvolver todas as suas capacidades, neurológica, física, cognitiva, social e emocional, com a finalidade de construir bases sólidas para a sua trajetória de vida (GONÇALVES, 2022, p. 10).

Pensando em uma sociedade cuja educação intencional pretenda ser

antirracista, irá implementar conteúdos que retratem possivelmente a história e a cultura africana, como pretendeu a Resolução nº 01/2004. A Resolução nº **01/2004 e obrigatoriedade de conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana**. A Resolução nº 01/2004, no Artigo 1º, prescreve a obrigatoriedade conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da Educação Brasileira.

“Na Educação Básica, sobretudo no Ensino Fundamental, haja vista que este nível constitui o alicerce estruturante do processo de formação dos estudantes nas perspectivas cognitivas, afetivas e atitudinais” (NUNES *et al.*, 2019, p.2), a Lei oferece suporte para a prática docente tornando, como já mencionado, obrigatório o ensino das relações raciais.

O contexto escolar é o espaço de ensino e aprendizagem, e está intimamente ligado à intencionalidade, tornando-se um dos espaços determinantes para a inserção do sujeito na dinâmica da aprendizagem.

O Brasil está investindo na Educação Infantil, ampliando o atendimento, o acesso ganhou força constitucional, com a redação dada ao inciso I do artigo 208º da nossa Carta Magna, que assegura a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, sendo sua implementação progressiva, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação - PNE, com apoio técnico e financeiro da União (GONÇALVES, 2022, p. 11).

A implementação da Lei nº 10.639/03, marca a desconstrução da discriminação e exclusão da população negra na educação. Apesar da promulgação da citada Lei, e ela constituir-se em uma resposta às demandas do Movimento Negro, uma parcela significativa de pessoas lutam para que aqueles que desconhecem a Lei nº 10.639/03 e as suas Diretrizes possam ter acesso a ela (FONTE, 2022).

Alunos negros que convivem com piadas, gestos, olhares e comparações ridicularizadas ou anímicas que não são explicitamente admitidos pelos racistas, estão ameaçados de se sentir destruídos por sua própria condição étnica. É evidente que a discriminação racial tem acontecido em sala de aula por meio de xingamentos, ditados populares e expressões racistas em relação a cor

da pele e ao tipo do cabelo, ou nariz. Moreira *et al.* (2022, p.131) argumenta que esse tipo de prática é visto como racismo recreativo, que,

representa o que alguns autores têm chamado de racismo sem racistas, o conjunto de estratégias supostamente impessoais que operam para reproduzir a discriminação, mas que não são atribuídas a pessoas ou instituições específicas. Essa política cultural tem um propósito: impedir que membros de minorias raciais possam ter o mesmo nível de respeitabilidade social que pessoas brancas possuem (MOREIRA *et al.*, 2022, p. 131).

O racismo recreativo, aquele que a vítima é alvo de brincadeiras ou piadas, pressupõe outras formas de racismo, partindo do pressuposto de que estereótipos raciais reproduzidos no racismo simbólico por meio de configuração cultural consiste em associações negativas entre negritude e moralidade. O ambiente escolar é por si, um ambiente para o desenvolvimento humano, por ser no chão da escola que se dá o processo do saber formal.

Frente a tais atitudes, qual deve ser a atitude de um professor? A essa pergunta surgem os desafios, os professores não podem se omitir a promover uma educação antirracista, que “respeita e valoriza a história e as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas, buscando desconstruir concepções preconceituosas e discriminatórias acerca das diferenças e das diversidades” (LIMA *et al.*, 2021, p. 10).

Essa realidade precisa mudar, e o professor pode interferir para atingir esse fim, e para isso é preciso ter conhecimento dos temas étnicos racial,

precisamos nos desvincular de preconceitos, discriminações e estereótipos que temos cunhados em nossas mentes e formação acadêmica ou social marcada pela hegemonia da história e do fazer eurocêntrico (SESC, 2019, p. 197).

“Pensamentos como estes são reflexo de anos de reivindicações do movimento negro, ao longo do século XX, e reflexo de pesquisas no meio acadêmico que busca levar para a sala de aula debate sobre questões étnico-raciais” (FERREIRA, 2019, p. 82). O que se espera então, do conjunto de professores, é a intenção evidente no seu fazer cotidiano, que desenvolva junto aos estudantes uma visão compartilhada de futuros cidadãos para o mundo e

para a reconstrução do mundo em bases igualitárias (SILVA; PEREIRA, 2019).

Moreira *et al.* (2022, p. 126) trata esses, como dimensão estrutural do racismo que afeta todas as esferas da vida, para ele, “isso ocorre em função da natureza coletiva do racismo, uma vez que as instituições sociais seguem uma lógica excludente”. Os pensamentos e as atitudes antirracistas é urgente na prática docente.

PENSAMENTOS E ATITUDES ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O docente precisa se atentar para não sufocar a expressão espontânea da personalidade da criança, não se pode esperar do professor da Educação Infantil a rigidez, ou atitudes que podam a capacidade curiosa e criativa da criança,

como plantado em carteiras fixas e submetido à ciência materialista e mecanizada. O aprendizado na infância se dá pela observação, pelo toque, pela manipulação, na experimentação”, [...] nesta busca do conhecimento, pode brincar estabelecendo um espaço e tempo mágico, onde a imaginação pode desenvolver-se de forma sadia, o jogo oferece um caminho entre o real e o imaginário, fase propícia para crescer e produzir conhecimento (SILVA; LIMA, 2020, p. 3).

Esse é o mundo ideal, onde reside a possibilidade da educação antirracista, uma escola com maior diálogo, um estilo aberto e mais democrático, tende a ampliar os horizontes assim como organizar a escola de forma mais leve tornando-a mais agradável (COSTA, 2019).

O componente afetivo é caracterizado por uma predisposição para experimentar compaixão e preocupação com o bem-estar das outras pessoas, atribuições de qualidades positivas é uma estratégia para promover o conceito social. Afirmar para a criança que ela tem o poder de fazer os outros felizes, sendo gentil e generosa, o motivo para agir desta forma é que esta é a sua natureza (MOTTA *et al.*, 2006).

Emprestar o brinquedo, é uma atitude de crianças generosas e legais, promovendo assim o autoconceito positivo além de favorecer o desenvolvimento da empatia.

Despertar a atenção da criança em relação às emoções de outras pessoas é compromisso do professor que deseja formar

pessoas mais humanas, e como já salientado, pode ser nos acontecimentos do dia a dia que permeiam a rotina dos alunos, como: “disputas de brinquedos”, “desentendimentos”, “acidentes no parque”, “empurrões no lanche”, “organização da classe”, “cooperação na manutenção da limpeza da escola”, entre outros (CORRÊA, 2022, p. 19).

A empatia não faz parte do currículo formal da escola, mas sim do currículo oculto da escola. Santos e Casali (2009), define que,

currículo oculto afeta a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às práticas, atitudes, comportamentos, gestos e percepções que vigoram no meio social e escolar (SANTOS;CASALI, 2009, p.)

O trabalho pedagógico na Educação Infantil, “tem sido um grande desafio no contexto atual, é preciso repensar situações de aprendizagem que estimulem a criação, a autonomia e a participação nas decisões do grupo” (MACIEL, 2021, p.36). A primeira infância é, naturalmente, o terreno fértil para que a educação seja inclusiva, empática, democrática, criando um mundo onde não se saberá o que é racismo, ou discriminação de qualquer forma.

Para Costa (2022) as crianças, desde a concepção até os seis anos, são maleáveis na adaptação ao meio e necessitam de atenção para sua formação. E em relação ao crescimento, precisando para isso de alimentação e ambiente saudáveis, estímulo cognitivo, afetivo e social. Shudo (2022) compreende o processo da aprendizagem da Educação Infantil pelo fato de envolver a brincadeira, por desafiar o professor a encontrar no lúdico, ferramentas que contribua para a educação e aprendizado das crianças.

Ao brincar, as crianças exploram, perguntam e refletem sobre as formas culturais nas quais vivem e sobre a realidade circundante, desenvolvendo-se psicológica e socialmente. O brincar é, pois, uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento e a educação das crianças pequenas. No ato de brincar ocorrem trocas, as crianças convivem com suas diferenças, dá-se o desenvolvimento da imaginação e da linguagem, da compreensão e da apropriação de conhecimentos e sentimentos, do exercício da iniciativa e da decisão (SHUDO, 2022, p. 12).

Com isso, concorda Gonçalves (2022, p. 22),

brincando elas aprendem a seguir regras, entender as coisas do ponto de vista dos outros, ter comportamentos socialmente aceitáveis, levando em consideração os outros, e resolvendo conflitos de forma independente.

Quando as crianças estão brincando, muitas vezes precisam enfrentar desafios e resolver problemas ao longo do caminho. Os problemas podem vir na forma de um conflito com um amigo, uma torre de blocos que não para de cair ou uma cor de tinta que está faltando e que precisa ser misturada. Seja qual for o desafio, brincar fornece uma maneira de encontrar soluções de uma forma divertida e de praticar essa importante habilidade da vida (GONÇALVES, 2022, p.3).

A Educação Infantil então, oportuniza, por meio da ludicidade a contribuição para a formação e o desenvolvimento da criança, inferindo de forma leve e permanente, conceitos significativos na direção de uma educação antirracista. E, nesse estágio da educação, as crianças já experienciam o racismo, pela reprodução familiar, de professores, e da rede social, as crianças não entendem o fenômeno, mas vivenciam no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos constatar, é importante conhecer a história e suas condições no contexto social e político para detectar as razões geradoras de tanta segregação contra os negros. E, esse conhecimento, possibilita a proposição de uma educação antirracista, para contribuir com a sociedade oferecendo uma cultura que trabalhe e promova a igualdade.

Não existe democracia plena, e muito menos justiça social se não houver equidade de tratamento. E a Educação Infantil é o berço para esse trabalho. E é na primeira infância, que por meio de diferentes abordagens a educação antirracista é semeada.

A Educação Infantil, é um espaço rico em estímulos e conhecimentos que deve ser considerado como um ambiente imprescindível para ser vivenciada a fim de contribuir com a formação e o desenvolvimento humano da criança. O

componente afetivo, é caracterizado por uma predisposição para experimentar compaixão e preocupação com o bem-estar das outras pessoas, atribuições de qualidades positivas é uma estratégia para promover o conceito social.

A primeira infância é o naturalmente o terreno fértil para que a educação seja inclusiva, empática, democrática, criando um mundo onde não se saberá o que é racismo, ou discriminação de qualquer forma.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosendo Freitas et al. **Análise da Implementação e Gestão da Lei 10.639/03 nas Escolas Estaduais do Ceará**, 2015.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BONILHA, Tamyris Proença. SOLIGO, Ângela Fátima. **A exclusão do aluno negro no sistema educacional brasileiro: Uma Discussão A Respeito Do 'Não-Lugar'**. Faculdade de Educação da Unicamp, Brasil, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**, v. 27, p. 133-144, 2013.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação**. Contribuições para a implementação da LDB alterada Pela Lei 10.639/2003. São Paulo, SP, 2015.

CARRIJO, Christiane. MARTINS, Paloma Afonso. A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2): e60721 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n260721

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

CLASTO, Daiane da Costa. TONIOSO, José Pedro. **Discriminação Racial: reflexos no processo de ensino aprendizagem e na construção identitária do aluno racial**. 2018.

CORRÊA, Letícia de Castro. **Cognição e emoção: a empatia como prática pedagógica emancipadora na Educação Infantil**. Bauru/SP 2022.

COSTA, Daniela Rocha dos Santos. **Ser negro no Brasil é f*da**: do contexto histórico brasileiro aos anúncios da revista trip. 2016. 124 v. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **A Potência da Infância e a Criança como Protagonista** 1ª Edição 2022 Curitiba, PR Faculdade UNINA.

COSTA, Paula Soares da. **A arte como expressão da criança na abordagem de Reggio Emilia de educação da infância**. Sorocaba, SP, 2019.

FONTE, Beatriz Alves da. **As contribuições da ludicidade no processo de formação e desenvolvimento da criança de 2 anos na Educação Infantil**. Rio Claro- SP, 2022.

FERREIRA, Natália Damazio Pinto. **A Necropolítica Masculinista das Prisões: Uma Análise do Litígio Estratégico Brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Tese de Doutorado Departamento de Direito. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

GONÇALVES, Israel Boniek. **O brincar, a estética e a criatividade na infância**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.a

GONÇALVES, Israel Boniek. **A Educação Infantil como um lugar de aprendizagem e desenvolvimento**. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.b

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

LIMA, Alice de Miranda et al. **Educação Antirracista**: Reflexões Sobre Preconceito E Discriminação Racial Na Educação Infantil. Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, BA, 2021.

MACIEL, Ricardo Almeida. **As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular**: Propostas e Avanços para a Educação Infantil. Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2021.

MINAYO, Maria Souza. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

MIRANDA, Monique. **Classificação de raça/cor e etnia**: conceitos, terminologia

e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade. **Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza edições, Belo Horizonte, MG, 2007.

MOREIRA, Adilson José et al. **Manual de educação jurídica antirracista: Direito, justiça e transformação social**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MOTTA, Danielle da Cunha. FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. CLARK, Cynthia. MANHÃES, Alex C. Manhães. Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 523-532, set./dez. 2006.

NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 211-220, 2019.

PRIOTTO, Elis Maria Teixeira. Palma. Violência escolar: um problema social, real e emergente. **Tempo da Ciência**, v. 19, n. 38, p. 121-144, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9692>. Acesso em: 1 ago. 2022.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. CASALI, Alípio Marcio Dias. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 12(2): 207-231, 2009.

SILVA, Maria Vitória Camargos. LIMA, Silvia Cristina Fernandes. Jogos e brincadeiras na Educação Infantil. **Scientia Generalis**, v. 1, n. 3, p. 72-83. 2020.

SANTOS, Raquel Amorim dos. [In] **Visibilidade Negra: Representação Social De Professores Acerca Das Relações Raciais No Currículo Escolar Do Ensino Fundamental Em Ananindeua**. Belém, PA, 2009.

SESC | Serviço Social do Comércio. **Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SHUDO, Regina Emiko. **As abordagens do brincar na Educação Infantil: a pedagogia do brincar.** Faculdade UNINA, Curitiba, PR, 2022.

VILHENA, Junia. **Das Cores E Seus Discursos: Sobre A Violência Do Racismo,** 2006.

TOZONI, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** IESDE Brasil S.A. Curitiba, PR, 2009.